



GT 31. Economias indígenas e quilombolas e as trocas generalizadas

Coordenador(es):

Amanda Cristina Danaga (UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Lígia Rodrigues de Almeida (FUNAI)

Sessão 1

Debatedor/a: Flávio Rodrigo Freire Ferreira (IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte)

A proposta do GT é criar um fórum de interlocuções com pesquisadores que investigam as diversas formas de organizações econômicas de populações indígenas e quilombolas, operacionalizadas para garantir a sobrevivência física e cultural dentro de um Estado capitalista. Com a expansão colonial europeia na América e especificamente no Brasil, indígenas e, posteriormente comunidades quilombolas, sofreram com as intervenções advindas dos avanços da economia capitalista de mercado de maneiras bem diversificadas. Na região amazônica, por exemplo, durante o século XVIII, o regime de regatão prevaleceu e, no século XIX até os dias atuais, o sistema de aviamento tornou-se operante. Esses dois formatos de relações econômicas foram os propulsores dos intercâmbios comerciais entre indígenas e não indígenas em boa parte das terras baixas da América, estabelecendo uma relação assimétrica entre patrões-fregueses, posseiros e meeiros. No nordeste brasileiro e outras regiões da América, o ajuri (mutirões comunitários), a mita, o meeiro, as trocas recíprocas e generalizadas vinculadas às práticas “tradicional” de produção, modalidades econômicas manejadas por indígenas e quilombolas que fomentam o sustento necessário para a sobrevivência. No contexto de inserção em diversos formatos econômicos e de trocas generalizadas, o GT visa dialogar e refletir sobre as situações econômicas e as peculiaridades aludidas por indígenas e quilombolas e suas intersecções com os Estados e a economia capitalista.

Os usos da ayahuasca e o campo religioso brasileiro: dos direitos religiosos à política cultural.

Autoria: Sandra Lucia Goulart (Faculdade Cásper Líbero)

Apresentaremos uma análise sobre as ações políticas dos principais atores do campo religioso ayahuasqueiro brasileiro. A abordagem desta questão segue uma linha histórica, com a identificação de diferentes fases destas ações e relacionamentos políticos. Identificamos três fases desta história. Um primeiro momento, quando se organizam grupos religiosos na região amazônica, marcado por relações pessoais entre os fundadores destes grupos e representantes políticos locais. Uma segunda fase, iniciada na década de 1980, com o movimento de expansão destes grupos no país e no exterior, caracterizada com o começo das regulações do Estado brasileiro sobre os usos da ayahuasca e pelo processo inicial de construção de legitimação pública destes grupos, culminando com o reconhecimento do direito do uso religioso da ayahuasca. Nesta fase, as relações entre representantes de grupos ayahuasqueiros e gestores do Estado deixam de ser pessoais e ocasionais, se tornando regulares, com a ampliação de alianças com setores públicos em âmbitos municipal, estadual e federal, visando garantir a criação de políticas constantes relativas à ayahuasca. A terceira fase se inicia em 2008, com a reivindicação do reconhecimento do uso da ayahuasca como patrimônio cultural brasileiro, indicando alterações mais fortes nas estratégias de atores e grupos do campo ayahuasqueiro com relação às suas formas de apresentação pública e de relacionamentos com o Estado. Sustentamos a ideia, nesse work, que os principais grupos e sujeitos relacionados à ayahuasca no



Brasil vêm conquistando sua legitimidade social e ampliando seus direitos conforme construíram modos de se afastar da questão e do debate público sobre as drogas. Procuraremos mostrar que a conquista do direito do uso religioso da ayahuasca e as recentes demandas relativas à inclusão deste fenômeno nas políticas culturais do Estado brasileiro expressam esse processo, resultando de diferentes escolhas, estratégias e projetos políticos destes grupos e sujeitos. Destacaremos, ainda, a emergência, nos últimos anos, dos chamados neoayahuasqueiros e de novos contextos indígenas de usos desta bebida, dois fatos que têm provocado profundas alterações no campo ayahuasqueiro brasileiro, impactando as posições de seus diversos atores e questionando o protagonismo das religiões ayahuasqueiras brasileiras sincréticas. De um modo mais amplo, pretendemos relacionar a história destes atores e grupos ayahuasqueiros aos estudos sobre o campo religioso brasileiro, procurando situá-los em relação a atores tradicionais deste campo religioso, tal como: a Igreja Católica, os cultos afro-brasileiros, o espiritismo Kardecista e as denominações evangélicas, estabelecendo comparações entre seus variados modos de construção de legitimidade pública.



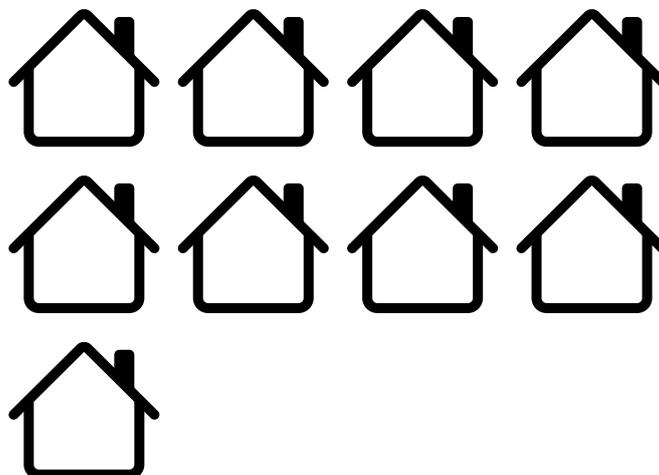
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: